



Todos queremos habitação em Lagos, mas sabemos que não podemos contar com o Partido Socialista para saber fazer ou entregar novos fogos aos munícipes em tempo útil.

Dos novos fogos previstos na Estratégia de Habitação aprovada em 2021, a Câmara Municipal ainda não conseguiu entregar um que fosse. Zero. As desculpas usadas são muitas, mas nós conseguimos evidenciar muitas razões imputáveis à paupérrima gestão e incapacidade socialistas. Agora esta presidência subitamente foi ao idealista, viu um terreno à venda desde 2021 por 16 milhões, propriedade de um fundo do Millenium BCP, decidiu fazer oferta e quer que esta Assembleia aceite que o município se comprometa ao terreno rústico mais caro que este município alguma vez adquiriu.

Mas menos claro que a intenção é o processo. É no mínimo estranho como é que uma avaliação do terreno surge realizada a 23 de fevereiro, quatro dias antes de haver um despacho para preparar o processo de avaliação. Num negócio desta envergadura, a Câmara decidiu não procurar mais opiniões de avaliação outras além da deste perito de Olhão, e decidiu não comparar com outros terrenos disponíveis no mercado, mais baratos e de mais fácil adaptação a habitação acessível. O processo não explica como o perito obteve os dados do terreno de forma tão rápida, mas parece-nos grave que a avaliação que determinou a proposta de compra não esteja em sintonia com as informações urbanísticas do Chefe de Departamento, e que esta se baseia numa Certidão Permanente expirada há mais de quatro anos! A habitação acessível precisa de clareza e robustez pelo que não pode ficar refém de processos incompetentes. Independentemente do Tribunal de Contas aceitar ou não este negócio com esta manifesta falta de zelo e clareza, o Partido CHEGA defende que os lacobrigenses merecem ser geridos com as boas práticas de gestão e de administração pública e não pode sancionar uma escritura de aquisição de um terreno do qual não se conhece a propriedade, nem os ónus ou encargos, para mais contendo uma construção urbana de 950m2 sem certificação. À semelhança do último processo em que a Câmara Municipal tentou adquirir um terreno para habitação e que levou negas do Tribunal de Contas provocando atrasos graves ao início da obra, este é mais processo mal enjeitado à boa maneira socialista, numa irresponsável forma de gerir os recursos públicos a que o Partido CHEGA não se associa.

Lagos, 29 de abril de 2024